

dada pelo Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de Agosto, e o preço da venda é o correspondente ao seu valor actualizado, calculado de acordo com o Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, Portaria n.º 686/2004, de 19 de Junho, e Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro.

2 — O preço de venda das garagens é calculado em função da área e definido pela Câmara Municipal.

#### Artigo 5.º

##### Ónus da inalienabilidade

1 — Os imóveis adquiridos nos termos deste Regulamento não podem ser vendidos nem arrendados, durante cinco anos.

2 — O ónus da inalienabilidade pode cessar:

- Para execução de dívida relacionada com a compra do próprio imóvel ou quando este é a garantia;
- Em caso de morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente;
- Pelo decurso do prazo de 5 anos após a aquisição do fogo.

3 — Verificados os pressupostos das alíneas a) e c) do n.º 2, o adquirente terá de requerer à Câmara Municipal autorização para alugar ou arrendar, fazendo prova dos factos que alegar.

5 — O ónus da inalienabilidade está sujeito a registo.

6 — Nos casos previstos na alínea b) do n.º 2, podem solicitar o cancelamento do ónus da inalienabilidade os legítimos sucessores.

#### Artigo 6.º

##### Forma de pagamento

O pagamento integral do preço da venda do imóvel é feito no dia da escritura de compra e venda. Na escritura consta obrigatoriamente, entre outros:

- Identificação do imóvel;
- Utilização para fins habitacionais própria ou outro (caso das garagens);
- Ónus da inalienabilidade.

#### Artigo 7.º

##### Obrigações do interessado

O arrendatário interessado na compra do imóvel, obriga-se a:

- Apresentar requerimento na Câmara Municipal;
- Outorgar a escritura de compra e venda na data marcada para o efeito pela Câmara Municipal;
- Suportar todos os encargos inerentes à compra e transmissão do imóvel.

#### Artigo 8.º

##### Casos omissos

1 — Os casos omissos e dúvidas de interpretação das disposições do presente regulamento serão integradas e resolvidas pela Câmara Municipal de Ribeira de Pena.

O tribunal da comarca de Vila Pouca de Aguiar é o tribunal competente para qualquer litígio entre as partes, resultante da aplicação do presente Regulamento.

#### Artigo 9.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após a sua publicação no *Diário da República* e nos locais de estilo.

## CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

**Aviso n.º 4558/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 18 de Maio de 2005, foi prorrogado, pelo período de 12 meses, o prazo do contrato a termo resolutivo certo, celebrado com José Pedro Ponces Correia Magalhães, técnico superior de 2.ª classe, desporto.

19 de Maio de 2005. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

**Aviso n.º 4559/2005 (2.ª série) — AP.** — Orlando Fernandes de Carvalho Mendes, presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão:

Faz público que, por deliberação do órgão executivo, desta autarquia, tomada em reunião de 10 do corrente, foi aprovada a Proposta de Regulamento do Loteamento Industrial das Lameiras — 2.ª Fase, a qual se encontra em apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

18 de Maio de 2005. — O Presidente da Câmara, *Orlando Fernandes de Carvalho Mendes*.

### Proposta de Regulamento do Loteamento Industrial das Lameiras — 2.ª Fase

Refere-se o presente Regulamento ao estabelecimento de regras e critérios que regem a venda por parte da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, e a consequente aquisição e utilização por parte das indústrias-empresas, dos lotes industriais, propriedade do município, localizados no Loteamento Industrial das Lameiras — 2.ª fase, com uma área de terreno de 38 036,00 m<sup>2</sup>.

O regime estabelecido no seu articulado deve-se ao facto da cedência e venda dos lotes de terreno se efectuarem a preços muito inferiores ao seu real valor de mercado, pelo que a Câmara Municipal fará aplicar o presente Regulamento como forma de proteger e salvaguardar:

- O investimento feito na urbanização e infra-estruturação;
- O apoio e investimento de empresas através da venda dos lotes;
- O investimento e as expectativas das empresas instaladas ou em instalação.

As parcelas de terreno que permitem a elaboração deste loteamento localizam-se nas Lameiras, freguesia de Óvoa, concelho de Santa Comba Dão.

De um modo geral, estão previstas manchas de edificação para os oito lotes previstos, de modo a cumprir uma aglomeração planeada das actividades industriais, cujo estabelecimento visa a prossecução de objectivos de desenvolvimento industrial para o concelho, a par com os outros dois pólos de desenvolvimento industrial existentes no concelho — Catraia (Santa Comba Dão) e Guarita (São João de Areias).

O terreno em causa encontra-se definido no Plano Director Municipal de Santa Comba Dão como espaço industrial, de acordo com a Secção H, artigo 17.º do mesmo, alíneas 1, 2, 3 e 4. A utilização dos terrenos e as acções de transformação neles implementadas deverão respeitar cumulativamente o Regulamento Urbanístico do Plano Director Municipal de Santa Comba Dão.

#### 1 — Índices urbanísticos:

O número máximo de pisos é de 2;

A parcela de terreno tem 38 036,00 m<sup>2</sup>;

A área total dos lotes destinados para indústria/empresas é de 29 940,00 m<sup>2</sup>;

A área total de arruamentos é de 6478,00 m<sup>2</sup>;

A área total de passeios é de 1618,00 m<sup>2</sup>;

As áreas totais de estacionamento e zonas verdes serão asseguradas pelos lotes;

Os índices urbanísticos resultantes são: CAS = 0,34 — COS = 0,54 — CIS = 0,50.

As áreas de cada lote, bem como a correspondente metragem das áreas de construção, o número de pisos, estão resumidos no correspondente quadro de síntese dos lotes.

#### 2 — Solução urbanística — projectos:

A volumetria prevista para os lotes 1 a 8, será constituída por dois pisos destinados a indústria e respectivas áreas de escritórios, sendo que deverão ser respeitados o Regulamento do Plano Director Municipal, bem como todos os índices apresentados na Planta de Síntese do Loteamento Industrial, bem como todas as disposições aplicáveis (caso a caso), que a seguir se discriminam.

Será aconselhável que o projecto de arquitectura e a coordenação do projecto geral dos edifícios a construir sejam da responsabilidade de um arquitecto.